

Aproximando Agendas de Pesquisas: o que os Jovens do Sul e de São Paulo Pensam sobre a Política?

Humberto Dantas¹
Jennifer Azambuja de Moraes²

Resumo

A relação dos jovens com a política é uma temática necessária e relevante de ser pesquisada. Tanto para que se possa compreender seu interesse, seus valores e seu posicionamento sobre a democracia e as instituições políticas, ou seja, seu processo de socialização política, como para se pensar políticas públicas direcionadas para uma educação política de qualidade, comprometida em formar cidadãos. Neste artigo, trabalha-se com esta relação, com o objetivo de aproximar agendas de pesquisa do Sul do Brasil e de São Paulo. Ambas trabalham com jovens de ensino médio, de escolas públicas e com aplicação de *surveys*. Possibilitando a utilização do protocolo quantitativo neste trabalho, não com o intuito de generalizar, mas sim de buscar pontos em comum nas duas pesquisas. Conforme as análises feitas, percebemos que há uma aproximação nos resultados, bem como concluímos a necessidade de uma educação política para fomentar uma cultura política cívica entre os jovens.

Palavras-chave: Jovens; Educação Política; Socialização Política.

Introdução

Compreender o que o jovem brasileiro pensa sobre a política e como ele se relaciona com a democracia tem se mostrado desafio de pesquisa acadêmica para diferentes grupos de estudiosos no país. No campo específico das Ciências

1 Doutor em ciência política pela USP, com estágio de pós-doutorado em administração pública na FGV-SP. Coordenador da graduação em Gestão Pública da FIPE-EES e pesquisador da Fapeg entre 2021 e 2022.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina.

Sociais, com destaque para a Ciência Política e a Sociologia, os estudos de Marcello Baquero no Rio Grande do Sul, de Humberto Dantas em São Paulo e de Mario Fuks em Minas Gerais são comumente utilizados como referências em boa parte dos debates. A partir desses três conjuntos seria possível verificar o envolvimento de uma série de outros pesquisadores e de diversos enfoques de investigação. A rede, assim, tem se ampliado e os resultados têm se mostrado desafiadores.

Existe algo em comum nesses três agrupamentos listados, a despeito da existência de outros esforços: parte expressiva do que produzem se baseia em *surveys* com jovens estudantes de Ensino Médio, e a análise dos resultados desses levantamentos indica o que se pode chamar de um conjunto de interpretações sobre a percepção do jovem a respeito do tema. Tais achados e discussões têm servido, inclusive, para reflexões mais amplas sobre a Democracia, assim como mostram algo sobre: o papel da Educação Política; os desafios das políticas públicas de educação para a cidadania; a influência dos meios de comunicação sobre a relação desses estudantes com o tema; o impacto da internet e seus diversos canais sobre as gerações atuais e; como a influência da família pesa sobre a realidade desses estudantes em suas relações com a política.

A despeito da importância desses estudos, não tem sido comum um esforço para aproximar os resultados desses grupos de pesquisa. Mesmo que se encontrem em mesas de congressos, ou façam parte de publicações conjuntas, parece possível a proposição de algo mais desafiador - a junção dos resultados em análises conjuntas. Marcello Baquero, com o *Núcleo de Pesquisa sobre América Latina* (Nupesal/Ufrgs), por exemplo, realiza pesquisas em três capitais sulistas do país, o que permite uma análise mais ampla da realidade de parte de toda uma região do país. Mário Fuks se concentra em Minas Gerais, mais especificamente em Belo Horizonte. Enquanto Humberto Dantas olha para a Região Metropolitana de São Paulo, passou dois anos como pesquisador em Goiás e, em co-autoria, busca estabelecer contato com realidades do interior do estado e, mesmo, com capitais do Norte - Macapá e Belém do Pará. Assim, parece possível ir além e efetivamente lançar os olhos sobre o emparelhamento de parte dos achados destacados.

A partir de tais considerações, o primeiro objetivo desse artigo é aproximar dois desses três grupos. O que seria possível fazer com os resultados de pesquisas realizadas nas capitais do Sul do país e parte daquelas efetuadas em São Paulo? Primeiramente, e é isso o que faremos aqui: um exercício bastante simples de análise descritiva dos dados.

Para tanto, é importante destacar algumas barreiras metodológicas. As pesquisas paulistas não estão associadas a uma lógica amostral, ou seja, não

existe rigor estatístico aqui, o que no Sul ocorre. Os dados coletados na Região Metropolitana de São Paulo, especificamente para este artigo aqueles coletados em 2016, foram obtidos em escolas públicas e projetos sociais a partir da realização de cursos de Iniciação Política da *Fundação Konrad Adenauer do Brasil* que ocorreram de 2008 a 2020. Salienta-se que existem dois instantes onde os jovens preenchem questionários nessa atividade: na entrada, antes de qualquer contato com os conteúdos formais disseminados pelo projeto, e na saída, ao término de três encontros com um total de 12 horas/aula de formação. Para os fins aqui propostos são utilizadas apenas as percepções iniciais (de entrada) de 803 jovens de Ensino Médio, de escolas públicas, da Região Metropolitana de São Paulo, ou seja, anterior à realização do curso, tendo como justificativa o fato de que no Sul não existe uma atividade formativa com os estudantes pesquisados, mas sim a realização de um *survey*. No Sul, a pesquisa foi realizada entre 2015 e 2016, nas três capitais desta região, com jovens estudantes do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas. Mas para a comparação que aqui se pretende, são analisados os jovens de escolas públicas, sendo 376 de Porto Alegre (2015), 326 de Florianópolis (2016) e 594 de Curitiba (2016). A amostra de escolas e turmas, desta pesquisa, foi feita por estágios múltiplos (BAQUERO, 2019).

Além disso, os instrumentos de coletas de percepções utilizados não são os mesmos, mas foi possível localizar para os fins analíticos aqui propostos algumas questões que dialogam e oportunizam um debate que pretende compreender o que estudantes de Ensino Médio de escolas públicas de quatro capitais do Brasil pensam sobre política.

A partir disso, com base na análise dos resultados, buscaremos compreender os desafios de implementação de políticas públicas de educação que carreguem consigo o compromisso de formar para a Democracia, ou para a Cidadania. A hipótese basilar da parte em que analisaremos os números das pesquisas está associada à ideia de que não existem diferenças marcantes entre os estudantes das quatro localidades observadas sobre política. Algo que já apareceu em Dantas, Silva, Garcia e Virgolino (2019) quando comparados resultados de São Paulo, Macapá e Belém. Também surgiu em Dantas e Madeira (2022) comparando jovens de São Paulo e Goiás. Assim como surgiu em Moraes (2021) quando observadas as cidades de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

Adicionalmente, buscaremos compreender, especificamente, em que medida esses jovens reconhecem que a escola é um espaço onde a política deveria ser formal e minimamente ensinada – o que reforçaria a ideia de fortalecimento de políticas públicas dessa natureza. Para enfrentarmos esse segundo desafio,

partiremos da premissa de que existindo interesse declarado pelo tema, se mostra essencial enfrentarmos como país os desafios para a implementação ou consolidação escolar desses conteúdos. Ao término dessa terceira parte, apresentaremos nossas conclusões em diálogo com essas duas hipóteses.

A importância de uma educação política no processo de socialização política dos jovens

A relação dos jovens com a política depende do processo de socialização política de cada um: quais agentes fizeram parte, qual o papel de cada agente e grau de influência, e quais valores foram ou não transmitidos. Apesar de ser um processo contínuo (PERCHERON, 1971; ALMOND e POWELL, 1972; JENNINGS e NIEMI, 1974; SIGEL, 1989), na infância e na adolescência é mais intenso, algo discutido em Fuks (2012) para caso aplicado à realidade brasileira.

Na Ciência Política, Easton e Dennis (1969) destacavam que não basta ter uma teoria da socialização política, é necessária uma teoria política da socialização política, capaz de analisar a esfera partidária e a estabilidade sistêmica, ou seja, que vincula a socialização política com a manutenção do sistema. Tal perspectiva é voltada para as consequências da socialização política para o sistema político como um todo. Ou seja, já destacavam, mesmo que sem utilizar diretamente do termo, a necessidade de uma educação política no processo de internalização de valores para a estabilidade da democracia.

Neste processo de socialização política a transmissão de atitudes políticas, segundo Almond e Coleman (1969), pode ocorrer de forma latente ou manifesta. A socialização latente ocorre quando a transmissão de atitudes e orientações políticas é feita de maneira difusa e não programada, tanto pela família como pelas demais instituições. Já a socialização manifesta ocorre quando a transmissão é explícita, feita pelas agências diversas de socialização (família, escola, igreja, ambiente de trabalho, meios de comunicação, partidos políticos e pares).

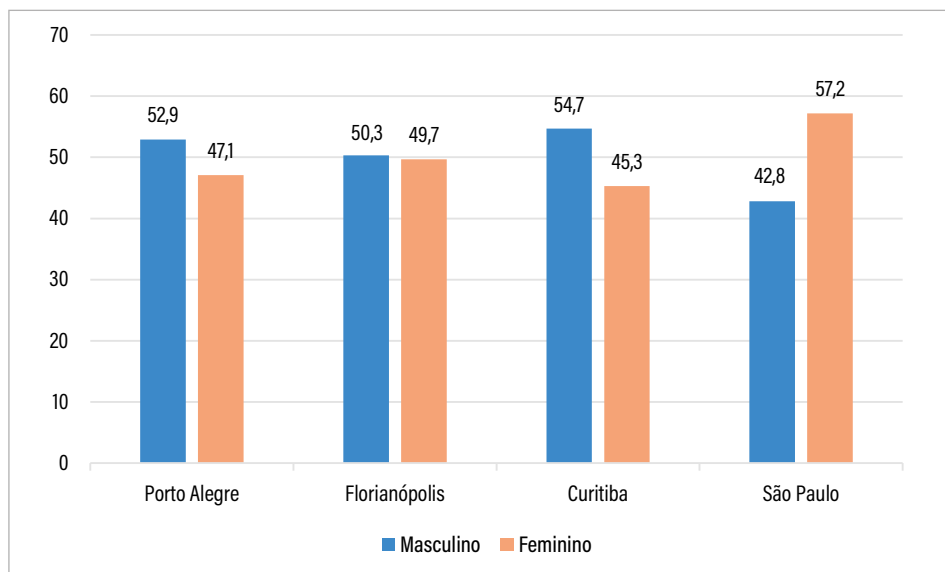
Ao focarmos na transmissão de valores de forma manifesta por um canal formal, como a escola, trazemos a necessidade de uma Educação Política. Neste sentido, Dantas e Lamari (2019), destacam a necessidade de um papel mais ativo da escola na realidade dos jovens em relação ao conhecimento político. Especialmente para que ocorra a apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia (COSSON, 2010). Pois como explica Dantas (2010), um estudante que tem contato com as disciplinas das humanas, biológicas e exatas, não necessita de forma integral destes conteúdos

em sua vida profissional, porém são aspectos considerados importantes. Mas este mesmo estudante, considerando as escolhas no futuro, “será um eleitor, e encontrará com as urnas compulsoriamente durante 52 anos, dos 18 aos 70 anos de idade. E a imensa maioria dos brasileiros nunca será formalmente orientada acerca da relevância e do funcionamento das eleições e da democracia como um todo?” (DANTAS, 2010, p. 12).

Falar sobre Educação Política é urgente, porém configura-se como um tema pouco abordado ainda no Brasil de forma efetiva nos campos da Ciência Política e das Políticas Públicas - a despeito de ser tratado como desafio do Estado, e consequentemente como política pública, desde o começo do século XX (SANTOS, 2021). Entretanto é um instrumento para o empoderamento de jovens enquanto cidadãos, especialmente quando partimos do entendimento que a politização de uma sociedade garante o bom funcionamento das instituições políticas e a estabilidade democrática.

Resultados encontrados

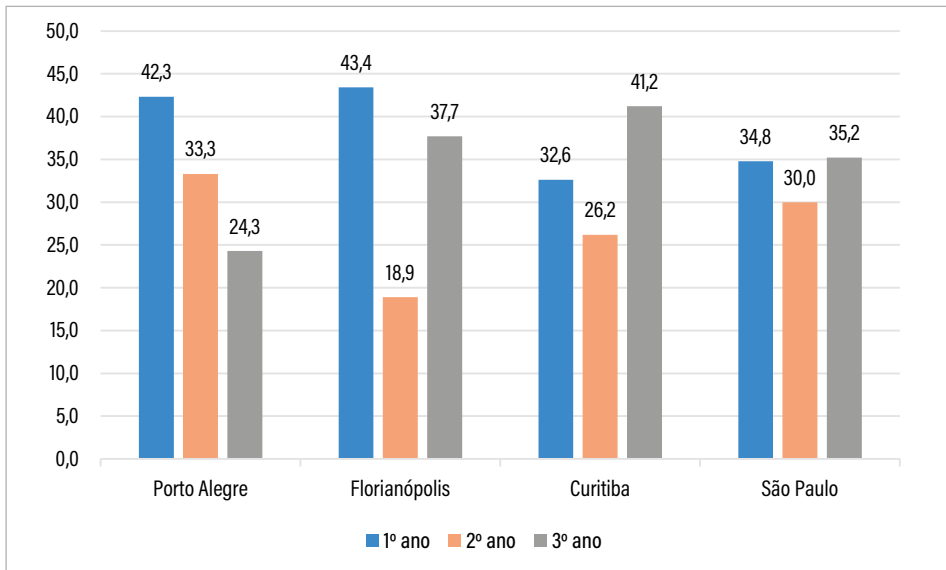
A partir das pesquisas feitas em São Paulo e no Sul do país, encontramos pontos similares que podem ser comparados, sendo relevante reforçar que não com o intuito de generalizar, pois as pesquisas diferem no rigor metodológico. Separamos as similaridades das pesquisas em quatro eixos temáticos: a) perfil dos jovens; b) atitudes e comportamentos políticos; c) voto e identificação partidária e; d) meios de comunicação. No perfil, expomos as variáveis de sexo e série dos jovens entrevistados. No eixo atitudes e comportamentos políticos trabalhamos com a discussão de assuntos políticos na escola, participação no Grêmio Estudantil, corrupção como um problema do país e interesse por política. Em voto e identificação partidária, trazemos os dados sobre voto com menos de 18 anos, obrigatoriedade do voto e identificação partidária. Por fim, mostramos a frequência que os jovens se informam sobre política pelos meios de comunicação.

Gráfico 1 – Sexo (%)

n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nupesal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Os Gráficos 1 e 2 nos mostram um pouco do perfil dos jovens estudantes entrevistados de escolas públicas das quatro localidades aqui tratadas. Em relação ao sexo, percebemos que no Sul a maioria dos entrevistados é do sexo masculino (52,9% em Porto Alegre, 50,3 em Florianópolis e 54,7 em Curitiba), enquanto em São Paulo é feminino (57,2%). Ambas as pesquisas refletem o perfil de estudantes encontrados nas salas de aulas do Ensino Médio.

Gráfico 2 – Série (%)



n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nupesal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Já no Gráfico 2, está apresentada a distribuição entre as três séries do Ensino Médio. Conforme podemos ver, em São Paulo a distribuição está mais proporcional entre os anos (34,8% no 1º ano, 30% no 2º e 35,2% no 3º). Enquanto no Sul fica mais concentrado na primeira e terceira série, sendo Porto Alegre e Florianópolis com mais entrevistados no 1º ano (42,3% e 43,4%, respectivamente) e Curitiba no último ano de ensino (41,2%).

Tabela 1 – Interesse por política (%)

	Porto Alegre	Florianópolis	Curitiba		São Paulo
Muito	17,8	13	15,5	Gosta de política	15,9
Pouco	58,1	61,4	63,5	Não gosta e precisa	81,9
Nenhum interesse	24,1	25,6	21	Não gosta e não precisa	2,1

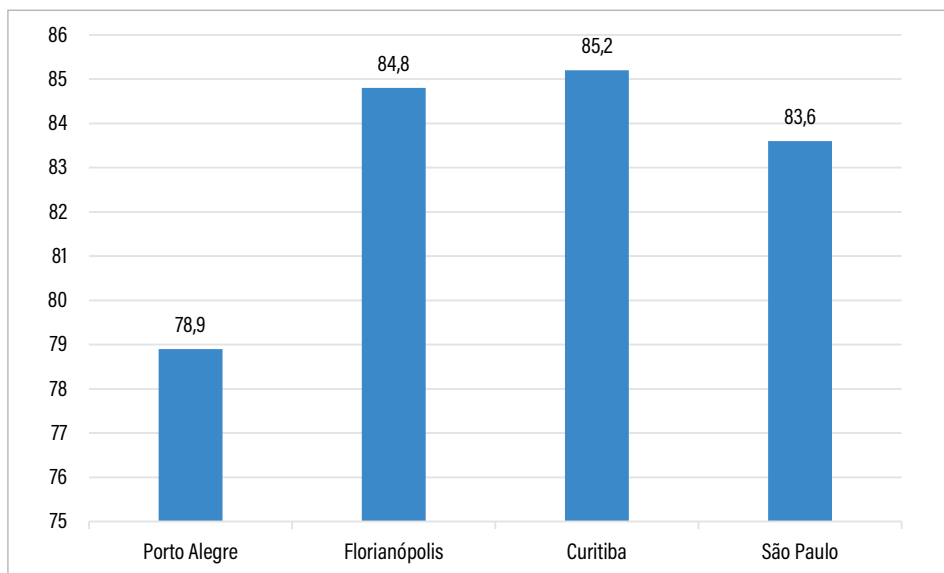
n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nupesal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

A Tabela 1 traz a afeição dos jovens pela política, sendo no Sul levantada a questão de “nível de interesse por política” e, em São Paulo, se “gosta e precisa da política”. Não há uma afeição muito alta pela política nas quatro localidades - em

Porto Alegre só 17,8% dos jovens indicam ter muito interesse, 13% em Florianópolis, 15,5% em Curitiba e 15,9% em São Paulo afirmam gostar de política. O que notamos é um interesse médio (58,1 em Porto Alegre, 61,4% em Florianópolis e 63,5% em Curitiba) e a percepção por parte dos jovens de que apesar de não gostarem do tema reconhecem que precisam da política (81,9% em São Paulo).

Estas informações são essenciais para, mais uma vez, destacarmos a importância de comparações dessa natureza e, principalmente, enfatizarmos a importância de uma Educação Política nas escolas, visto que mesmo não apresentando uma grande afeição pela política, os estudantes a avaliam como sendo algo necessário. Isto é corroborado com os dados do Gráfico 3.

Gráfico 3 – Concorda com discussão de assuntos políticos na escola (%)

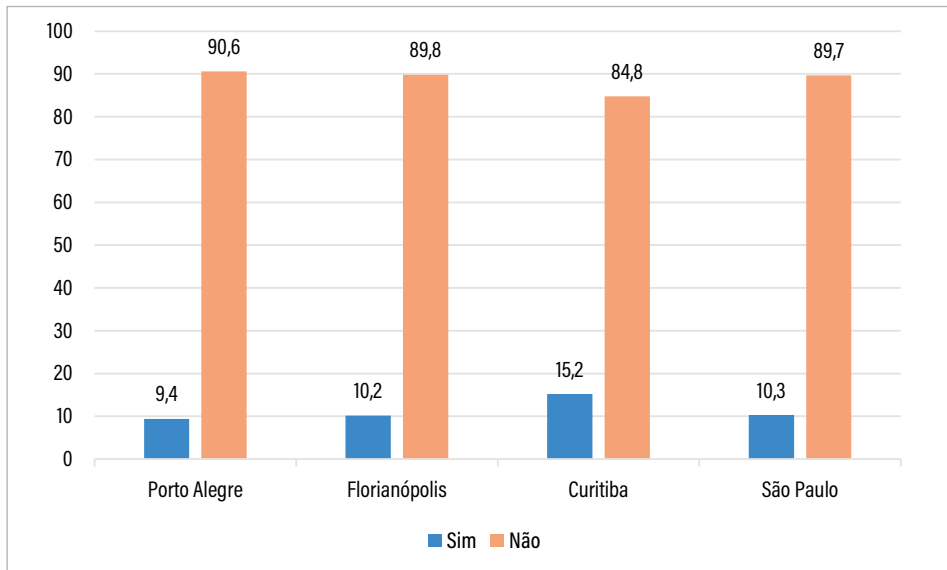


n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nupesal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Mesmo não apresentando alto interesse pela temática, os jovens de ambas as pesquisas concordam com a discussão de assuntos políticos na escola/sala de aula (78,9% em Porto Alegre, 84,8 em Florianópolis, 85,2 em Curitiba e 83,6 em São Paulo). Para além da discussão que é essencial, salientamos a necessidade de práticas políticas nas escolas, que ensinem efetivamente os alunos o que é ser um cidadão e quais são as regras para a convivência democrática. Por exemplo, não basta apenas falar da importância da participação política, mas também

possibilitar espaços de participação e, até mesmo, deliberação dentro da escola, para que os jovens percebam a relevância de sua voz para o bem coletivo, conforme destacam Estramanzo (2016) e Dantas, Lynn e Bueno (2021).

Gráfico 4 – Você participa do Grêmio Estudantil (%)



n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nupesal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

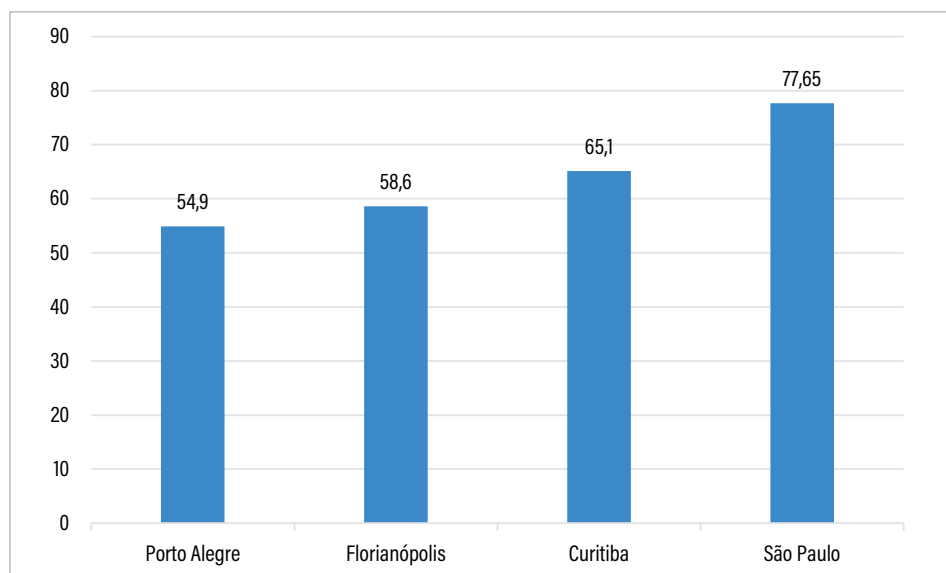
O Grêmio Estudantil, por seu caráter bastante tradicional e por estar previsto em lei, poderia ser uma destas práticas políticas no espaço de educação formal, ensinando como funciona a representação política. Porém nem todas as escolas têm e, nas que possuem, poucos são os alunos que participam, conforme o Gráfico 4 (9,4% participam em Porto Alegre, 10,2 em Florianópolis, 15,2 em Curitiba e 10,3 em São Paulo). A baixa existência de Grêmios já indica o quanto professores e diretores têm dificuldades para incentivar os estudantes, ou não estimulam a prática de representação, um retrato da sociedade brasileira que ainda não parece estar acostumada com estes espaços democráticos. Isso, em tese, corrobora para a manutenção da cultura política de baixa participação.

Obviamente, existem outras práticas que podem ser implementadas, tanto dentro da sala de aula com as turmas, como na escola com toda a comunidade escolar, que incentivem a manifestação de interesses individuais e coletivos bem como possibilite a deliberação dentro do ambiente de ensino. Para além disso,

ressaltamos que combinar a teoria com a prática deve ser a essência da Educação Política nas escolas.

Neste artigo, além de aproximar agendas, estamos tentando demonstrar a importância de uma Educação Política para o bom funcionamento das instituições políticas e, por consequência, para a estabilidade democrática. Ou seja, enfatizando que um dos nossos principais problemas no país é a falta de uma educação básica que empodere os jovens para que sejam cidadãos participativos e envolvidos com a política, que afeta na vida de todos nós.

Gráfico 5 – Corrupção como principal problema do país (%)

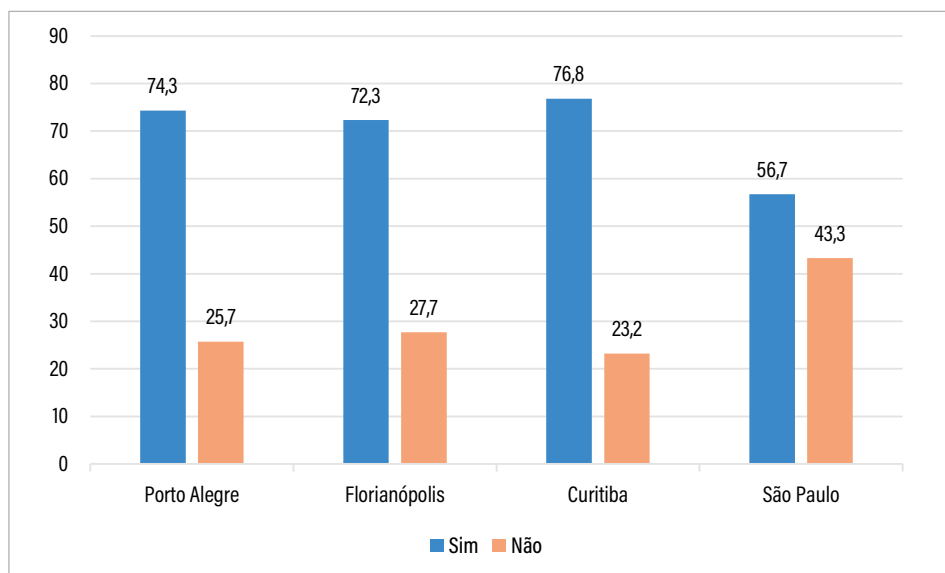


n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nupesal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Porém, conforme os dados do Gráfico 5, os jovens apontam a corrupção como o principal problema do país (54,9% em Porto Alegre, 58,6 em Florianópolis, 65,1 em Curitiba e 77,7% em São Paulo). Queremos deixar registrado que as perguntas no Sul e em São Paulo não são iguais, no Sul se apresenta aos alunos uma lista de problemas e é pedido para o jovem apontar o principal deles na realidade do país (inflação, desemprego, saúde, pobreza, corrupção, moradia, transporte, educação e outro). Enquanto na pesquisa em São Paulo questiona-se o nível de concordância com a afirmação de que “a corrupção é o maior problema do país”.

Uma das justificativas para que a corrupção seja percebida como principal problema do país está na midiaticização dos escândalos de corrupção como Mensalão e Lava Jato, destacando que os dados aqui tratados foram coletados entre 2015 (Porto Alegre) e 2016 para as demais realidades. Houve uma ampla criminalização da política durante as investigações, dando a sensação de que todo o mal do país era a corrupção. Para além disso, a política e os políticos veem a corrupção como algo ruim. Segundo os dados da pesquisa do Sul do país, mais da metade dos jovens entrevistados nas três capitais ao serem questionados qual a primeira palavra que vem a mente quando pensam em política e quando pensam em políticos, definiram termos negativos, como: *sujeira, roubo e ladrão*.

Não estamos dizendo que a corrupção não é um problema, mas a midiaticização fortemente concentrada na corrupção do setor público, fazendo questão de “esquecer” ou “ignorar” a corrupção nos ambientes privados, dentre estes o universo empresarial, por exemplo, corrobora para uma percepção tendenciosa por parte da população adulta, o que não seria diferente com os jovens. Destacamos que todos os fatores que corroboram para a manutenção da desigualdade social e econômica enfrentada pelo Brasil, em tese, deveriam ser mais preocupantes aos olhos da sociedade. E neste caso, sendo a educação um ponto central neste problema, pois a sua baixa qualidade mantém parcelas dos cidadãos submissas às instituições, aceitando as dificuldades como sendo inevitáveis, nos perguntamos se é mesmo a corrupção o mais relevante dos problemas do Brasil.

Gráfico 6 – Voto com menos de 18 anos (%)

n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nuposal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

O Gráfico 6 e a Tabela 2 trazem dados sobre o eixo voto. No gráfico, os dados do Sul são da questão “você é favorável ao voto com 16 anos”, enquanto em São Paulo a pergunta é: “você tirou ou vai tirar o título com menos de 18 anos?”. Mesmo sendo a primeira na dimensão atitudinal, ou seja, a predisposição dos jovens em votar com menos de 18 anos, e a segunda na dimensão comportamental, que se refere à disposição de votar, fizemos esta aproximação nesta análise, pois, como podemos ver, os jovens tendem a perceber o voto como uma ação importante para a democracia. Isso se expressa nos 74,3% em Porto Alegre, 72,3% em Florianópolis e 75,8% em Curitiba que concordam com o voto a partir dos 16 anos, e nos 56,7% de estudantes em São Paulo que afirmavam o interesse em tirar, ou reafirmavam o gesto de terem obtido, título de eleitor com menos de 18 anos.

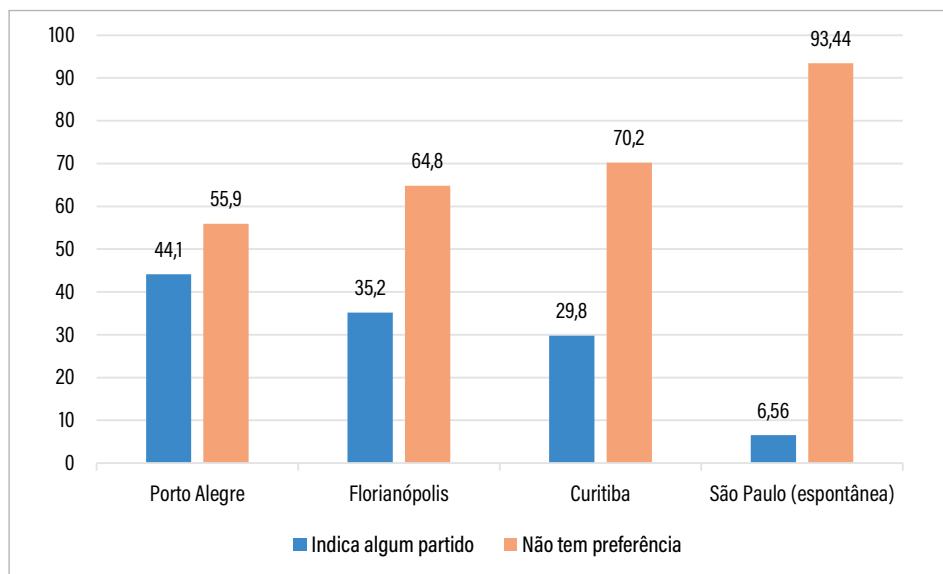
Tabela 2 – Obrigatoriedade do voto (%)

	Votaria se o voto não fosse obrigatório			O voto é predominantemente:	
	Porto Alegre	Florianópolis	Curitiba		São Paulo
Sim	73,2	69,6	75,6	Direito	78,3
Não	26,8	30,4	24,4	Obrigação	21,7

n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nupesal (2015/2016); *Fundação Konrad Adenauer* (2016)

A Tabela 2 corrobora com os dados do Gráfico 6, pois aponta para uma avaliação positiva sobre o ato de votar por parte dos jovens. Em todas as cidades, estes votariam mesmo que não fosse um ato obrigatório (73,2% Porto Alegre, 69,6 Florianópolis e 75,6 Curitiba) ou, no caso da pesquisa paulistana, os entrevistados consideram o voto predominantemente como um direito (78,3%) e não como uma obrigação.

Gráfico 7 – Identificação partidária (%)



n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nupesal (2015/2016); *Fundação Konrad Adenauer* (2016)

Mesmo os jovens considerando o voto importante e apontando que precisam da política, a maioria deles não apresenta identificação partidária. Registramos que no Sul a questão é estimulada, apresentando alguns partidos políticos,

enquanto em São Paulo a resposta é espontânea, o que provavelmente justifique a diferença nas porcentagens mostradas no gráfico 7, sendo que em Porto Alegre 55,9% indicam não ter preferência por qualquer legenda, em Florianópolis 64,8%, em Curitiba 70,2% e em São Paulo 93,44%.

Estes resultados são reflexo da fragmentação dos partidos políticos no país, pois os jovens desconhecem todos os partidos existentes e estes, por sua vez, parecem estar cada vez mais distanciados do seu papel de interlocutor entre os representantes e os representados. Para além disso, no Brasil há na cultura um forte apego ao personalismo e a um salvador da pátria, fomentando um antipartidarismo que em tempos de crise, como estamos vendo desde as eleições presidenciais de 2018, abre espaço para políticos sem capacidade de governar a partir de agendas programáticas mais atreladas, por vezes, a valores democráticos e republicanos associados a agendas partidárias.

Tabela 3 – Uso dos meios de comunicação para se informar sobre política (%)

		Porto Alegre	Florianópolis	Curitiba		São Paulo
TV	Sempre	26,1	19,8	26,6	Semanalmente	87,2
	Às vezes	50,3	51,6	50,8		
	Nunca	23,6	28,6	22,6		
Rádio	Sempre	4,5	2,9	6,7	Semanalmente	14,8
	Às vezes	44	34,7	36		
	Nunca	51,5	62,4	57,3		
Jornal Impresso ou Revista	Sempre	18,1	7,1	9,3	Semanalmente	21,8
	Às vezes	49,9	42,4	41,8		
	Nunca	32	50,5	48,9		
Internet	Sempre	54,8	54,1	53	Semanalmente	48,1
	Às vezes	30,8	35,2	33,5		
	Nunca	14,4	10,7	13,5		
Redes Sociais	Sempre	31	34,2	30,6	Semanalmente	53,7
	Às vezes	42,1	45,4	42,8		
	Nunca	26,9	20,4	26,6		

n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur= 594; n SP= 803

Fonte: Nupesal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Com base na última bateria temática de princípios percebidos nas pesquisas com os jovens, em relação ao uso dos meios de comunicação para se informar sobre política, conforme a Tabela 3, os entrevistados indicam buscar com mais frequência a TV, a internet e as redes sociais, sendo bem menos procurados alguns

meios mais tradicionais como o rádio e o jornal ou revista impressos. Este comportamento é similar àquele registrado entre adultos, que conforme a Pesquisa Brasileira de Mídia (2014, p. 7), encomendada pelo Governo Federal e elaborada pelo IBOPE, “o meio de comunicação preferido pelos brasileiros é a TV (76,4%), seguido pela internet (13,1%), pelo rádio (7,9%), pelos jornais impressos (1,5%) e pelas revistas (0,3%) – outras respostas somam 0,8%”.

O que destacamos é que a internet e as redes sociais vêm, cada vez mais, sendo a primeira fonte de informação. Conforme Morais (2021), além dos jovens passarem em torno de 9 horas do seu dia conectados, a internet tem se configurado como uma agente socializadora que disputa ranking com a escola. Segundo a autora, a família continua sendo o principal agente socializador, mas a escola que, historicamente, era o segundo agente, está sendo substituída pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Mesmo sendo um novo agente socializador, ainda não foi capaz, em curto prazo, de impactar no tipo de cultura política que temos no Brasil. O principal motivo é, aparentemente, que os jovens ainda não sabem como utilizar, em larga escala, tal ferramenta para empoderamento. E por isso, uma Educação Política de qualidade necessita considerar tais avanços tecnológicos, principalmente, para ensinar os estudantes a como os utilizarem a seu favor, como buscarem informações verdadeiras, como participarem politicamente neste ambiente virtual e, por consequência, fortalecer a democracia.

Considerações finais: os desafios em políticas públicas de educação para a democracia

Inicialmente, destacamos que a hipótese deste trabalho, de que não existem diferenças marcantes entre os estudantes das quatro localidades observadas sobre política, foi confirmada. Em linhas gerais, ressaltadas diferenças metodológicas, os dados apresentados indicam a manutenção padronizada de uma cultura política de resignação, conforme Baquero (2013) e Moisés (2013) já apontavam. O que notamos é que os jovens estão mantendo um distanciamento da política e uma apatia, a despeito de valorizarem certos instrumentos como o voto, bem como percebem a corrupção como ponto principal de problema no país. Assim, apesar de indicarem que o voto é importante e que seria mais um direito do que uma obrigação, os mesmos não participam de Grêmios Estudantis e indicam não terem preferências partidárias definidas.

Ou seja, o processo de socialização política está reforçando as atitudes e os comportamentos políticos das gerações anteriores. Aqui está a principal argumentação para a necessidade de se desenvolver e implementar políticas públicas que garantam uma Educação Política de qualidade nas escolas. Ensinando os jovens sobre o sistema político e eleitoral, bem como as regras do jogo democrático, para que estes desenvolvam a capacidade crítica sobre política. Outra forte argumentação também se encontra nos dados, como observamos: apesar de não gostarem de assuntos políticos e da política, os jovens compreendem que a política é algo necessário e que o voto é um direito. Aqui percebemos um caminho de entrada para a Educação Política, que é esta percepção do próprio jovem da necessidade da política em sua vida. Minimizar as desigualdades econômicas e sociais é mais um argumento de peso para uma política pública que implemente a Educação Política nas escolas, pois o empoderamento é essencial para a busca de direitos e melhorias, tanto individuais quanto coletivos.

Sabemos que o desafio é grande e urgente, para que possamos constituir uma nova cultura política no país, caracterizada pela adesão aos valores democráticos, uma desconstrução do passado e uma construção de um futuro embasado em atitudes e comportamentos coletivos. Em que sejam fomentadas a criticidade, a confiança e a participação no empoderamento destes jovens enquanto cidadãos. Mas este desafio é apenas a ponta de um grande iceberg que está, infelizmente, enraizado em dificuldades anteriores, como: melhorar a educação básica, formar professores sob ideais democráticos, garantir acesso à educação, consolidar um sistema de educação inclusivo e igualitário, investir massivamente em infraestrutura das escolas, entre tantos outros desafios que permeiam esta temática.

Para além destas questões que já são históricas, estamos vivenciando um momento de alta desinformação, que facilita a propagação desenfreada de *fake news*, o aumento de discursos de ódio e intolerância política. Tal realidade faz aumentar ainda mais a necessidade e, ao mesmo tempo, o desafio de se investir em projetos, ações e políticas efetivas de Educação Política. Esta que, se já fizesse parte da educação básica no país, poderia evitar o que estamos presenciando após as eleições de 2022: a negação dos resultados eleitorais, o enfrentamento de instituições como a Justiça, o louvor a golpes militares e comportamentos extremistas por parcelas da população, o que demonstra falta de conhecimento das regras democráticas e do comprometimento com a democracia do país.

Referências Bibliográficas

- ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James. (org.). **A política das áreas em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1969.
- ALMOND, Gabriel; POWELL, G. Bingham. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar. 1972.
- BAQUERO, Marcello. **Qual democracia para a América Latina?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013
- BAQUERO, Marcello. **The youth and the challenges for building democracy in Brazil**. Porto Alegre: Editora Escritos. 2019.
- COSSON, Rildo. Letramento Político: por uma pedagogia da democracia. In: **Cadernos Adenauer XI, n. 3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.
- DANTAS, Humberto. O caráter essencial da Educação Política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer XI, n. 3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.
- DANTAS, Humberto; LAMARI, Roberto. A relação de jovens do ensino médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo -SP e Itapevi-SP. **Rev. Legislativo Paranaense**, n. 3, p. 91-107. 2019.
- DANTAS, Humberto; LYNN, Marjorie; BUENO, Ana Carolina. Democracia na escola – pertencimento e responsabilidade em ambiente pedagógico sob projetos de Auditoria Cívica Escolar (ACE). In. ZILLER, Henrique; RAMALHO, Diego; ALMEIDA, Isabela; DANTAS, Humberto (orgs.) **Transparência, responsabilidade e participação política: reflexões com base em conceitos e políticas públicas de educação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.
- DANTAS, Humberto; MADEIRA, Gabriel. Cidadania, democracia e política: atitudes e comportamentos políticos de adolescentes envolvidos em ações de “educação política”. **Direito, Processo e Cidadania**, volume 1, número 3, p. 39-54. 2022.
- DANTAS, Humberto; SILVA, Felipe Rivello da; GARCIA, Paulo Marcelo Rocha; VIRGOLINO, Ronival Silva. Educação política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de ensino médio sobre a política. **E-Legis – Revista Eletrônica Do Programa De Pós-Graduação Da Câmara Dos Deputados**, n. 12, v. 30, p.115-132.

EASTON, David; DENNIS, Jack. **Children in political system: origins of political legitimacy**. New York: McGraw-Hill, 1969.

ESTRAMANHO, Rodrigo. Pensamento, cultura e educação política no Brasil. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 1, 2016.

FUKS, Mário. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, Campinas, vol.18, nº 1. 2012.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER DO BRASIL. **Banco de dados: Cursos de Iniciação Política 2008-2020**. 2016.

Jennings, M. Kent; Niemi, Richard. **The Political Character of Adolescents**. Princeton: Princeton University Press. 1974.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In.: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, Rachel (org.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP. 2013.

MORAIS, Jennifer. **Internet, cultura política e juventude no Brasil**. Curitiba: Editora Appris. 2021.

PERCHERON, Annick. La formation politique de l'individu. In: PARODI, J. L. (org.) **La Politique**. Paris: Hachette, 1971. p. 142-168.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. **Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil**. 2015/2016.

SANTOS, Alessandro. Uma promessa não cumprida da democracia: Fragmentos para uma história da educação política na escola básica brasileira. In. DANTAS, Humberto; LUZ, Joyce (coord.). **Ciência Política e Políticas de Educação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2021.

SIGEL, Roberta. **Political Learning in adulthood: a sourcebook of theory and research**. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1989.